



1 – FINALIDADE DE CONTRATAÇÃO

a) Contexto da consultoria

No Brasil, apesar da existência da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), da Lei do Feminicídio (Lei 13.104/2015) e das recorrentes campanhas de conscientização e disseminação de informações sobre os tipos de violência contra a mulher, ainda há um alto índice de casos registrados no país. No último ano, estima-se que oito mulheres foram vítimas de crimes de violência doméstica a cada 24 horas, de acordo com a Rede de Observatórios da Segurança.

A abrangência da cobertura do PAIF nos diferentes territórios brasileiros faz deste um serviço com potencialidade para abordar temáticas que ultrapassam a esfera individual, alcançando questões sociais presentes no cotidiano das famílias e comunidades, como a violência doméstica contra a mulher. Neste sentido, considera-se de extrema importância o enfoque nas ações de caráter preventivo relacionadas a estas situações de violência por parte das equipes técnicas do PAIF.

b) Motivos e relevância

Com o intuito de elaborar estratégias específicas para a atuação do PAIF aprimorando as intervenções diárias de prevenção da violência doméstica contra a mulher, propõe-se a contratação desta consultoria como proposta de elaboração de material didático para compor o escopo de temáticas relacionadas ao caráter preventivo da atuação da Proteção Social Básica nos territórios.

A expectativa da SNAS é que essa consultoria possa contribuir de forma efetiva para a qualificação da oferta do PAIF, por meio do aprimoramento das orientações técnicas e metodologias de atendimento e reordenamento de práticas, considerando os princípios e diretrizes da PNAS e as especificidades das realidades regionais.

c) Necessidade da consultoria

Portanto, é necessária a contratação de um(a) consultor(a) individual para elaboração de proposta de acompanhamento das famílias e indivíduos sobre temas que agravam as vulnerabilidades sociais enfrentadas por crianças, adolescentes e famílias, considerando aspectos metodológicos do monitoramento e de avaliação do atendimento nas unidades da PSB e nos serviços/programas socioassistenciais serviços socioassistenciais com foco na violência doméstica, feminicídio e gênero.

Em atendimento ao Decreto nº 5.151/2004, Art 4º, §6, registramos sobre a inexistência e/ou indisponibilidade de servidor neste Ministério para execução de serviço de consultoria proposto.

2 - ENQUADRAMENTO NO PRODOC/FIT

No âmbito do Projeto UNESCO 914BRZ3051 - PROMOÇÃO E FORTALECIMENTO DA CIDADANIA NO BRASIL -, a contratação está enquadrada no Objetivo 1, que trata de “aperfeiçoar os instrumentos de políticas públicas de proteção social”. Assim a realização desta contratação atenderá à atividade, 1.6.4.- Elaborar estudos e diagnósticos que subsidiem a elaboração, reformulação e aprimoramento de orientações técnicas e metodológicas no contexto da Política de Proteção Social Básica.

3 - PRODUTOS A SEREM ENTREGUES E/OU ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS

Produto 1: Documento técnico contendo Plano de Trabalho para o desenvolvimento da consultoria, abordando a conceituação de violência doméstica contra a mulher, os tipos de violência, a dimensão sociocultural e estrutural da desigualdade de gênero e os impactos sociais relacionados à temática, bem como estratégias de enfrentamento à violência, para elaboração da Trilha a ser desenvolvida nos territórios atendidos pelos CRAS.

Atividade 1: Participar de reuniões, encontros e eventos relacionados ao trabalho da consultoria.

Atividade 2: Levantar materiais referentes a violência doméstica contra a mulher: legislações, orientações, publicações, literatura sobre a realidade de desigualdade entre os gêneros etc.

Atividade 3: Realizar uma revisão bibliográfica sobre o SUAS, com foco no PAIF, contextualizando intervenções voltadas para a prevenção da violência doméstica contra a mulher.

Atividade 4: Elaborar o plano de trabalho com cronograma, incluindo viagens e trabalhos em campo, a partir das análises dos materiais e informações levantadas.

Atividade 5: Validar relatório e plano de trabalho com a equipe técnica da SNAS.

Produto 2: Documento técnico contendo o levantamento e análise de pesquisa com trabalhadores do PAIF e identificação de práticas municipais de prevenção às situações de violência doméstica contra a mulher, considerando a diversidade de territórios, incluindo municípios de todos os portes e regiões.

Atividade 1: Participar de reuniões com a equipe técnica da SNAS.

Atividade 2: Elaborar um documento técnico detalhado com os resultados da revisão bibliográfica e da análise técnica, identificando lacunas e oportunidades de aprimoramento nas ações preventivas do PAIF.

Atividade 3: Realizar levantamento para identificar ações municipais da PSB voltadas para a prevenção das situações de violência doméstica contra a mulher.

Atividade 4: Elaborar roteiro das entrevistas e/ou grupos focais e/ou questionários e validá-lo(s) com equipe técnica da SNAS.

Atividade 5: Realizar entrevistas e/ou grupos focais e/ou questionários em municípios selecionados, considerando a diversidade de territórios, porte e região para identificar e documentar práticas desenvolvidas no âmbito do PAIF.

Atividade 6: Analisar os dados coletados e elaborar um relatório com as principais descobertas, destacando as ações mais eficazes e as recomendações para replicação em outros contextos.

Atividade 7: Validar o relatório com a equipe técnica da SNAS.

Atividade 8: Apresentar esboço da estrutura da trilha sobre prevenção das situações de violência doméstica contra a mulher.

Produto 3: Documento técnico contendo a elaboração da Trilha de prevenção de violência doméstica contra a mulher, com orientações práticas e metodológicas para os profissionais do PAIF.

Atividade 1: Participar de reuniões com a equipe técnica da SNAS e com outras secretarias afins a temática, com o objetivo de definição de protocolos de ação integrada.

Atividade 2: Desenvolver a Trilha com base nos resultados da revisão sistemática, análise técnica e entrevistas e/ou grupos focais e/ou questionários realizadas nos produtos anteriores.

Atividade 3: Elaborar atividades e metodologias específicas voltadas para a prevenção das situações de violência doméstica contra a mulher nos territórios de abrangência dos CRAS.

Atividade 4: Produzir o documento final da Trilha, com uma linguagem acessível e formato adequado para publicação digital e/ou meio físico, revisado conforme normas ABNT.

Atividade 5: Validar o conteúdo da Trilha com a equipe técnica da SNAS.

Atividade 6: Elaborar materiais para apoio técnico aos estados, municípios, Distrito Federal e trabalhadores do SUAS sobre o tema.

Atividade 7: Participar de apresentação e discussão das Trilhas em oficinas de apoio técnico, lives, instâncias de controle social, e colegiados.

4 - CRONOGRAMA DE ENTREGAS

Produto	Data para Entrega
Produto 1	45 Dias contados a partir da data de assinatura do contrato
Produto 2	165 Dias contados a partir da data de assinatura do contrato
Produto 3	330 Dias contados a partir da data de assinatura do contrato
TOTAL	330 Dias

5 - INSUMOS

Os custos de deslocamento, alimentação e hospedagem em viagens consideradas essenciais para a execução das atividades previstas neste Termo de Referência não estão incluídos na remuneração contratada, não se constituindo responsabilidade do consultor.

6 - REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIFICAÇÃO

Os participantes que não apresentarem os requisitos obrigatórios de qualificação não serão considerados para o processo de avaliação.

6.1 Obrigatórios:

a. **Formação Acadêmica:**

- Nível superior completo na área de Ciências Humanas ou Ciências Sociais Aplicadas devidamente registrada pelo MEC;
- Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado) na área de Ciências Humanas ou Ciências Sociais Aplicadas

b. **Experiência profissional comprovada (anos/período):**

- Experiência de, pelo menos, 03 anos em assessoria e/ou consultoria e/ou docência e/ou gestão ou execução de políticas sociais (Municipal, Distrito Federal, Estadual, Federal).

Requisito obrigatório a ser considerado mais importante para a formação da lista curta: experiência de, pelo menos, 03 anos em assessoria e/ou consultoria e/ou docência e/ou gestão ou execução de políticas sociais (Municipal, Distrito Federal, Estadual, Federal).

6.2 Desejáveis:

Qualificação desejável – Estas são classificatórias e as respectivas comprovações resultam em uma pontuação superior ou uma melhor posição no ranking de seleção.

a. Formação acadêmica desejável:

- Pós-Graduação Stricto Sensu (Doutorado) na área de Ciências Humanas ou Ciências Sociais Aplicadas, preferencialmente com temática relacionada às políticas sociais.

b. Experiência Profissional desejável:

- Experiência na elaboração de no mínimo 01 material informativo, artigo, livro ou caderno de orientações na área da assistência social

Nota de corte: 70 pontos

Critérios de desempate:

Em caso de empate, será considerado vencedor:

(a) O candidato que apresentar o maior tempo de experiência no critério 4; e

Se ainda permanecer empate, será considerado vencedor:

(b) O candidato que apresentar o maior tempo de experiência no critério 5.

7 – TABELA COM CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Tipo do requisito	Critério nº	Detalhamento do critério	Pontuação máxima por critério	Graus para uso dos avaliadores	Nota por grau	Definição de graus compartilhada dos avaliadores, com base no TDR
CRITÉRIOS OBRIGATORIOS 70 pontos	1	É OBRIGATORIO QUE O CANDIDATO POSSUA Nível superior completo na área de Ciências Humanas ou Ciências Sociais Aplicadas	23,33	Satisfatório	16,33	Nível superior completo nas áreas de Ciências Humanas ou Ciências Sociais Aplicadas que não estejam pontuadas abaixo

		devidamente registrada pelo MEC		Muito bom	21,00	Nível superior completo em Ciências Sociais
				Excelente	23,33	Nível superior completo em Serviço Social ou Psicologia
2		<p>É OBRIGATÓRIO QUE O CANDIDATO POSSUA</p> <p>Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> (Mestrado) na área de Ciências Humanas ou Ciências Sociais Aplicadas</p>	23,33	Satisfatório	16,33	Pós-graduação <i>stricto sensu</i> (Mestrado) na área de Ciências Humanas ou Ciências Sociais Aplicadas que não estejam pontuadas abaixo
				Muito bom	21,00	Pós-graduação <i>stricto sensu</i> (Mestrado) na área de Serviço Social ou Psicologia
				Excelente	23,33	Pós-graduação <i>stricto sensu</i> (Mestrado) na área de Políticas Sociais
3		<p>É OBRIGATÓRIO QUE O CANDIDATO POSSUA</p> <p>Experiência de, pelo menos, 03 anos em assessoria e/ou consultoria e/ou docência e/ou gestão ou execução de políticas sociais (Municipal, Distrito Federal, Estadual, Federal)</p>	23,33	Satisfatório	16,33	Experiência de, pelo menos, 03 anos em assessoria e/ou consultoria e/ou docência e/ou gestão ou execução de políticas sociais (Municipal, Distrito Federal, Estadual, Federal)
				Muito bom	21,00	Experiência de 04 ou 05 anos em assessoria e/ou consultoria e/ou docência e/ou gestão ou execução de políticas sociais (Municipal, Distrito Federal, Estadual, Federal)
				Excelente	23,33	Experiência de 06 anos ou mais em assessoria e/ou consultoria e/ou docência e/ou gestão ou execução de políticas sociais

						(Municipal, Distrito Federal, Estadual, Federal)
CRITÉRIOS DESEJÁVEIS - 30 pontos	4	<p>É DESEJÁVEL QUE O CANDIDATO POSSUA</p> <p>Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> (Doutorado) na área de Ciências Humanas ou Ciências Sociais Aplicadas, preferencialmente com temática relacionada às políticas sociais</p>	15,00	Satisfatório	10,50	Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> (Doutorado) na área de Ciências Humanas ou Ciências Sociais Aplicadas não atribuídas abaixo, preferencialmente com temática relacionada às políticas sociais
				Muito bom	13,50	Pós-graduação <i>stricto sensu</i> (Doutorado) na área de Serviço Social ou Psicologia, preferencialmente com temática relacionada às políticas sociais
				Excelente	15,00	Pós-graduação <i>stricto sensu</i> (Doutorado) na área de Políticas Sociais preferencialmente com temática relacionada ao tema de violência doméstica/intrafamiliar e a atuação do SUAS
	5	<p>É DESEJÁVEL QUE O CANDIDATO POSSUA</p> <p>Experiência na elaboração de no mínimo 01 material informativo, artigo, livro ou caderno de orientações na área da assistência social</p>	15,00	Satisfatório	10,50	Experiência na elaboração de no mínimo 01 material informativo, artigo, livro ou caderno de orientações na área da assistência social
				Muito bom	13,50	Experiência na elaboração de 02 materiais informativos, artigos, livros e/ou cadernos de orientações na área da assistência social
				Excelente	15,00	Experiência na elaboração de 03 ou mais materiais informativos, artigos, livros e/ou

						cadernos de orientações na área da assistência social
--	--	--	--	--	--	---

8 - LOCAL DE TRABALHO

Domicílio do(a) consultor(a) no território nacional.

ANEXO 1 - FASES DA SELEÇÃO

Os currículos recebidos dentro do prazo previsto e no formato exigido no Edital serão avaliados em duas etapas a seguir descritas, de acordo com os critérios estabelecidos no item 7 do Termo de Referência.

Etapa 1 - Eliminatória: Nesta fase, os currículos dos candidatos serão analisados para verificação do cumprimento de todos os requisitos obrigatórios (e, portanto, eliminatórios), de acordo com as qualificações obrigatórias de formação acadêmica e experiência profissional informadas no Item 6 deste Termo de Referência.

Para que a seleção siga para a próxima etapa, é necessário que pelo menos 3 (três) candidatos possuam todos os requisitos obrigatórios.

Etapa 2 - Classificatória: Nesta fase, serão avaliados, exclusivamente, os currículos válidos, ou seja, aqueles aprovados na Etapa 1. A pontuação será o resultado da análise dos critérios de formação acadêmica e experiência profissional informadas no Item 7 deste Termo de Referência.

Para ser considerado classificado, a nota final do candidato deve estar acima da nota de corte.

Comprovação de Qualificações

Será solicitado ao candidato que obtiver a maior nota, na soma dos pontos obtidos na análise curricular a apresentação dos documentos comprobatórios de formação acadêmica e experiência profissional apresentadas no currículo, e que foram consideradas nas etapas 1 e 2.

No caso de experiência laboral, serão aceitos atestados tais como: declaração do empregador com a descrição da atividade e sua duração e/ ou a cópia de publicação de portarias de nomeação em diários oficiais (municipais, estaduais ou da União). No caso de publicações, a comprovação será feita pela cópia da capa e sumário do volume em questão, acompanhado da cópia da ficha catalográfica em que conste o ISBN ou o ISSN pertinente. No caso de processos de formação, a comprovação será feita pela cópia do diploma ou certificado em questão. Para a comprovação de títulos de pós-graduação, na impossibilidade de apresentação da cópia dos diplomas correspondentes, será aceita, alternativamente, cópia da ata de defesa do trabalho final (monografia, dissertação ou tese, conforme o nível) acompanhada do respectivo histórico escolar.

Após a solicitação, o candidato terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis. Após o fim do prazo, se não houver a apresentação dos documentos solicitados, o candidato será desclassificado e o próximo candidato classificado na seleção será convocado para apresentação dos documentos.

Reunião de Alinhamento

Após a comprovação da qualificação, o candidato que obtiver a maior nota, na soma dos pontos obtidos na análise curricular, será convocado para uma Reunião de Alinhamento, na qual poderão ser discutidos o Termo de Referência, plano de trabalho, a metodologia, insumos (viagens, material, etc), método de coleta de dados e

condições do contrato, etc. Na reunião o valor da consultoria é informado ao candidato para que seja aceito ou recusado. Caso o candidato não aceite o valor proposto, ele deverá assinar a ata da reunião, que será considerada fracassada. A reunião pode ser realizada presencialmente ou por áudio/videoconferência.

A Reunião ocorrerá na presença do candidato, de pelo menos 1 membro da Comissão Temporária de Seleção e de um membro da equipe da unidade de Cooperação Técnica.

ANEXO 2 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

1. Cargo do Supervisor: Coordenador(a)-Geral de Serviços e Programas de Proteção Social Básica às Famílias

2. Apresentação dos Produtos:

O consultor deverá garantir que os serviços executados sejam realizados com qualidade, atendendo a todas as especificações e no prazo estabelecido neste termo de referência.

O consultor deverá seguir as orientações do supervisor da consultoria e submeter os produtos para sua apreciação e aprovação em tempo hábil para que seja possível a realização de ajustes que venham ser necessários dentro do prazo da entrega do produto.

Não serão aceitos produtos que apresentem mera reprodução de conteúdos da internet ou livros de outros autores sem os créditos devidos ou ainda sem que tais conteúdos sejam minimamente tratados/analísados pelo consultor. Não serão aceitos produtos que apresentem textos já escritos pelo consultor em outros produtos ou publicações sem referência a eles. O produto elaborado requer ineditismo.

O consultor deve garantir sigilo e proteção dos dados pessoais que possam ser acessados durante a consultoria, nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

O produto entregue pelo consultor, aprovado pelo supervisor do contrato, deve ser enviado via e-mail em formato PDF e Word (".DOC" - versão 2010 ou similar) certificado pelo consultor através da Declaração de Autoria de Produto via Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

3. Forma de pagamento dos produtos: Os serviços serão remunerados em moeda nacional corrente, de acordo com a entrega dos produtos, uma vez aprovados pelo Supervisor do Contrato.

4. Restrições para contratação de servidores públicos, professores federais e bolsistas

Segundo Decreto **5.151/2004**, não pode ser contratado servidor ativo, ainda que licenciado, da administração pública federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios, direta ou indireta, bem como de empregado de suas subsidiárias e controladas. O candidato também não deve pertencer ao quadro funcional das instituições de ensino superior qualificadas para atuar enquanto agências implementadoras.

Durante a vigência da **Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2023** é permitida a contratação de servidores públicos que se encontrem em licença sem remuneração para tratar de interesse particular. Ainda, durante a vigência da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2023 é permitida a contratação de professor de Universidades, inclusive os de dedicação exclusiva, para realização de pesquisas e estudos de excelência, desde que: haja declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem de inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atividades atribuídas. Os projetos de pesquisas e

estudos devem ser aprovados pelo dirigente máximo do órgão ou da entidade ao qual esteja vinculado o professor.

Em conformidade com o artigo 1º da **Portaria conjunta CAPES/CNPq nº 1, de 15 de julho de 2010**, o bolsista de instituição federal (CNPQ e CAPES) pode exercer função de consultoria em projetos de cooperação técnica internacional, desde que relacionada à sua área de atuação e de interesse para sua formação acadêmica, científica e tecnológica, sendo necessária a autorização do orientador, devidamente informada à coordenação do curso ou programa de pós-graduação em que estiver matriculado e registrado no Cadastro Discente da CAPES.

Conforme a **Lei nº 12.813/2013**, que dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Público Executivo federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego, configura conflito de interesses após o exercício de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal (alínea c, inciso II do artigo 6º):

...

II – no período de 6(seis) meses, contado da data da dispensa, exoneração, destituição, demissão ou aposentadoria, salvo quando expressamente autorizado, conforme o caso, pela Comissão de Ética Pública ou pela Controladoria-Geral da União:

...

c)celebrar com órgãos ou entidades do Poder Executivo federal contratos de serviço, consultoria assessoramento ou atividades similares, vinculados, ainda que indiretamente, ao órgão ou entidade em que tenha ocupado o cargo ou emprego;...

A autorização da contratação pela CGU deverá dar-se nos termos das [Portarias Interministerial MP/CGU nº 333, de 19 de setembro de 2013](#) e [Portaria MC nº 603, de 05 de fevereiro 2021](#);

Ainda, nos termos da Lei nº 12.813/13, o candidato deve informar no currículo a informação sobre parentesco com servidor ou ex-servidor deste Ministério. Caso haja parentesco, previamente à contratação, deverá haver consulta à Comissão de Ética sobre possível risco de conflito de interesse.

Nos termos dos parágrafos § 4º e 5º da **portaria nº 8, de 4 de janeiro de 2017, do Ministério das Relações Exteriores**, que dispõe sobre normas complementares aos procedimentos a serem observados pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal direta ou indireta, para fins de celebração de Atos Complementares de cooperação técnica recebido, decorrentes de Acordos Básicos firmados entre o Governo brasileiro e organismos internacionais, e da aprovação e gestão de projetos vinculados aos referidos instrumentos, é vedada a contratação de consultor que já esteja cumprindo contrato de consultoria por produto vinculado a projeto de cooperação técnica internacional, sendo necessário cumprimento de interstício para novas contratações conforme prazos estabelecidos:

"§ 5º A autorização para nova contratação do mesmo consultor, mediante nova seleção, nos termos do art. 5º do Decreto nº5.151/04, somente será concedida após decorridos os seguintes prazos, contados a partir do encerramento do contrato anterior:

noventa dias para contratação no mesmo projeto;

quarenta e cinco dias para contratação em projetos diferentes, executados pelo mesmo órgão ou entidade executora;

trinta dias para contratação para projetos executados em diferentes órgãos ou entidades executoras."

A contratação de consultores, ainda, deve atender aos termos do [Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010](#), que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal, e [da Portaria MC nº 604, de 05 de fevereiro de 2021](#), que estabelece os procedimentos e as rotinas de verificação de situações de nepotismo no âmbito deste Ministério.

É vedada a contratação de candidato que tenha participado, mesmo que pontualmente, dos trabalhos de concepção, construção, autorização ou publicação do edital em questão.

5. Orientações para o preenchimento do currículo

Ao preencher o currículo, o candidato deverá descrever minuciosamente as experiências profissionais e se atentar para a precisão no emprego das palavras, de forma a deixar claras as atividades desempenhadas e os níveis de conhecimento e experiência em relação aos critérios de avaliação previstos no Edital. É recomendável especificar, por exemplo, para cada experiência, a data completa de início e fim, o tipo de vínculo, a instituição demandante ou à qual estava vinculada, o nome ou descrição dos projetos envolvidos, as atividades desenvolvidas e quaisquer outras informações que o candidato achar relevante para a sua avaliação. Devem constar como experiências separadas diferentes funções que o candidato exercer em uma mesma instituição.

No que se refere à formação acadêmica, o candidato deverá informar os cursos realizados, data de início e término e o nível do curso. Além disso, deverá incluir no campo de informações relevantes os temas da monografia, dissertação e tese, quando houver.

As informações prestadas devem ser relevantes para a consultoria que está sendo contratada.

Eventualmente poderão ser solicitados, por e-mail, esclarecimentos adicionais quanto à experiência profissional e acadêmica dos candidatos.

Só serão aceitos currículos preenchidos em português.



unesco

CONTRATA CONSULTOR NA MODALIDADE PRODUTO

PROJETO 914BRZ3051 EDITAL Nº 11/2024

Publicação de 1 perfil(is) para contratação de profissional(is) na(s) área(s) Ciências Humanas ou Ciências Sociais Aplicadas , cuja(s) vaga(s) está(ão) disponível (is) na página da UNESCO, <https://roster.brasilia.unesco.org/app/selection-process-list>.

Os interessados deverão cadastrar o CV e submeter sua candidatura na plataforma Roster (<https://roster.brasilia.unesco.org/app/selection-process-list>) do dia 10/11/2024 até o dia 17/11/2024.

Em atenção às disposições do decreto nº 5.151, de 22/07/2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional.